

gestão municipal.
Itaituba /PA, 16 de maio de 2015
Nadilson Portilho Gomes - Promotor de justiça

Protocolo 855806

EXTRATO DA PORTARIA N.º 017/2015-MP/3ªPJI

O Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Itaituba/PA, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra disponível na Promotoria de Justiça de Itaituba, Av. brigadeiro Haroldo Veloso, 436 - Boa Esperança, CEP 68.181-030. Itaituba - PA.
Inquérito Civil N.º 017/2015-MP/3ªPJI
Objetivo: Apurar as denúncias constantes na Promotoria de Justiça de Itaituba de violações de direitos das crianças e adolescentes e a farta documentação já coligida sobre o Plano de Atuação (biênio 2014-2015) pela falta de funcionamento da rede de atendimento com um todo.
Itaituba /PA, 17 de junho de 2015
Nadilson Portilho Gomes - Promotor de justiça

Protocolo 855807

EXTRATO DA PORTARIA N.º 005/2015-MP/2ªPJI

O Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Itaituba/PA, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra disponível na Promotoria de Justiça de Itaituba, Av. brigadeiro Haroldo Veloso, 436 - Boa Esperança, CEP 68.181-030. Itaituba - PA.
Inquérito Civil N.º 004/2015-MP/2ªPJI
Objetivo: Apurar a ocorrência de atos que configurem *in tese* atos de improbidade administrativa praticados pelo Secretário Valfredo Pereira Marques Júnior na expedição de licenças ambientais de operação provisória, especificamente para atividades de lavra garimpeira de ouro.
Itaituba /PA, 18 de junho de 2015
João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior - Promotor de justiça

Protocolo 855808

EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2015-MP/IC/2ºPJCDCC - ICOARACI

A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE DEFESA COMUNITÁRIA E DE CIDADANIA DE ICOARACI torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL que se encontra a disposição na Rua Manoel Barata, 1289, Ponta Grossa, Distrito de Icoaraci, Belém, Pará.
Objeto: apurar a suposta omissão do Poder Público no que diz respeito à implantação de um sistema de coleta seletiva, transporte, tratamento, destinação e a disposição final dos resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares, nos Distritos de Icoaraci e Outeiro.
Icoaraci, 23 de junho de 2015.
Sinara Lopes Lima de Bruyne - Promotora de Justiça

Protocolo 855811

EXTRATO DO TAC Nº 02/2015-MP/2ªPJI

O Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Itaituba/PA, torna pública o Termo de Ajustamento de Conduta que se encontra disponível na Promotoria de Justiça de Itaituba, Av. brigadeiro Haroldo Veloso, 436 - Boa Esperança, CEP 68.181-030. Itaituba - PA.
Compromitentes: Ministério Público do Estado Pará e Prefeitura Municipal de Itaituba.
Assunto: celebra acordo para instalação e implementação do Órgão de Defesa do Consumidor no Município de Itaituba.
João Batista de Araújo Cavaleiro de Macedo Júnior - Promotor de justiça
Nayá Sheila da Fonseca - Procuradora Jurídica do Município de Itaituba

Protocolo 855812

PORTARIA Nº 4858/2014-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Ato nº 57/2014, de 10/6/2014, publicado no D.O.E. de 18/6/2014,
R E S O L V E :
I - DISPENSAR a servidora efetiva SAMARA NAGIB RIBEIRO BORGES do exercício da função gratificada de Assessoramento Jurídico MP.FG.2, designada pela Portaria nº 5797/2013-MP/PGJ, de 18/9/2013, a contar de 20/5/2014.
II - LOUVAR a colaboração, a competência, a dedicação e a lealdade com que se houve no desempenho de suas atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 1º de agosto de 2014

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
PORTARIA N.º 4037/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1351/2015-MP/PGJ, de 13/3/2015, publicada no D.O.E. de 3/6/2015, que concedeu 4 e ½ (quatro e meia) diárias ao Sargento PM RUBENS EMERSON DOS SANTOS FRAGOSO, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 9393/2015, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Mãe do Rio, no período de 9 a 13/3/2015, a fim de promover a segurança pessoal da Promotora de Justiça Andressa Ávila Pinheiro.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 09 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício.
PORTARIA N.º 4221/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 3375/2015-MP/PGJ, de 10/6/2015, publicada no D.O.E. de 13/7/2015, que concedeu 2 e ½ (duas e meia) diárias ao servidor FLORIANO KENJI YOKOYAMA, Assessor Especializado, Matrícula 999.1740, C.P.F. 121.905.272-87, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 24690/2015, nos termos do art. 145, caput e parágrafos, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Santarém, no período de 17 a 19/6/2015, a fim de realizar fiscalização do contrato nº 016/2015-MP/PGJ na Promotoria de Justiça daquele município.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 15 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, e.e.
PORTARIA N.º 4225/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E :
I - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça ROSÂNGELA ESTUMANO GONÇALVES HARTMANN, estabelecidas pela Portaria n.º 3532/2015-MP/PGJ, no período de 1º a 30/6/2015, a contar de 11/6/2015, para gozo oportuno.
II - RETIFICAR a Portaria nº 3532/2015-MP/PGJ, de 12/6/2015, concedendo à Promotora de justiça ROSÂNGELA ESTUMANO GONÇALVES HARTMANN, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao 1º período do exercício 2012/2013, e autorizando gozo no período de 1º a 30/6/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 16 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça e.e.
PORTARIA N.º 4246/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;
CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-

Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,
R E S O L V E :
I - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça FÁBIA MUSSI DE OLIVEIRA LIMA, estabelecidas pela PORTARIA N.º 7992/2014-MP/PGJ, no período de 1º a 30/9/2015, para gozo oportuno.
II - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça JOSÉ ROBERTO COIMBRA, estabelecidas pela PORTARIA N.º 7992/2014-MP/PGJ, no período de 2 a 31/3/2015, para gozo oportuno.
III - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça MARGARETH PUGA CARDOSO SINIMBÚ, estabelecidas pela PORTARIA N.º 7992/2014-MP/PGJ, no período de 1º a 30/12/2015, para gozo oportuno.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 16 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça e.e.
PORTARIA Nº 4268/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
CONCEDER ao Procurador de Justiça ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2012/2015, de acordo com o art. 138 da Lei Complementar n.º 057/06, de 6/7/2006, e autorizar o gozo nos períodos de 1º a 30/9/2015 e 1º a 30/10/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 16 de Julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, e.e.
PORTARIA N.º 4271/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Memo nº 80/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 14/7/2015,
R E S O L V E :
DELEGAR poderes ao Procurador de Justiça NELSON PEREIRA MEDRADO para atuar, como órgão de execução, nos autos do Processo nº 00025699-11.2014.8.14.0036, nos termos do art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
PORTARIA Nº 4272/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Memo nº 82/2015/ASS/JUR/PGJ, datado de 15/7/2015,
R E S O L V E :
DESIGNAR o Promotor de Justiça ALEXANDRE MANUEL LOPES RODRIGUES para funcionar como *longa manus* da Procuradoria-Geral de Justiça, nos autos do Processo nº 0006063-37.2015.814.0006, para, nos termos do art. 181, § 2º da Lei nº 8.069/1990, oferecer a devida representação contra Andrey Arthur de Lima Fontel, pela suposta perpretação do ato infracional equiparado ao crime previsto no art. 157, § 2º, I e II do Código Penal Brasileiro.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 16 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício
PORTARIA Nº 4273/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do Memo nº 81/2015/ASS/JUR/PGJ,